

O PERFIL DAS EDUCADORAS DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE PRUDENTE – SP: DESAFIOS A VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL

Daniele Ramos de Oliveira

Vivian Aparecida Corrêa Braz

Célia Maria Guimarães

Natália Camargo de Souza

Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho” – Faculdade de
Ciências e Tecnologia, câmpus de Presidente Prudente
Formação Inicial e Continuada de Professores para a Educação Básica

Introdução

O presente trabalho se constitui como um recorte da pesquisa intitulada “Profissão Docente em Presidente Prudente: representações sociais, trabalho docente e políticas de formação”, em desenvolvimento pelo Grupo de Pesquisa “Profissão docente: formação, identidade e representações sociais”ⁱ e se vincula a linha de pesquisa “Infância e Educação” do Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”.

A pesquisa, em parte aqui sintetizada, tem por objeto de estudo a rede municipal de ensino de Presidente Prudente-SP que contava em 2010 com 232 professores de educação infantil, 357 professores de ensino fundamental e 462 educadoras infantis, sendo estas últimas as profissionais que trabalham diretamente com as crianças de 0 a 5 anos e atuam em agrupamentos de Berçário (período integral), Maternal e Pré-escola em horário oposto ao que as crianças encontram-se sob a responsabilidade do professor de educação infantil. Atualmente as educadoras infantis trabalham 06 horas diárias com a criança e tem duas horas semanais de HAC (Hora de Atividade Coletiva), que tem como objetivo se constituir como um espaço de formação continuadaⁱⁱ.

O objetivo do referido estudo é mapear o perfil dos profissionais da educação infantil e séries/anos iniciais do ensino fundamental e diagnosticar as condições de formação e atuação dos docentes e educadores do município de Presidente Prudente.

Para organização do presente texto, abordaremos os dados referentes a formação e perfil sócio-econômico das educadoras do município investigado com o objetivo de caracterizá-las e propor possíveis encaminhamentos sobre a

formação do profissional de educação infantil, responsável pelo cuidado e educação da criança desse nível de ensino.

Concordarmos com Oliveira (2001) que a formação do profissional que trabalha com as crianças de 0 a 5 anos de idade se mostra como um dos principais fatores de maior impacto sobre a qualidade da educação infantil. De acordo com a mesma autora, desde a inserção da creche com o advento da Constituição de 1988, têm sido propostas discussões e alternativas por especialistas para formação deste profissional. Entretanto, essa discussão tem esbarrado em “[...] algumas questões conflitantes quando se considera a diversidade de atendimentos realizados e, conseqüentemente, de educadores que trabalham nessa área.” (OLIVEIRA, 2001, p.92).

Segundo Tsuda (2008), embora o atendimento às crianças pequenas em Presidente Prudente tenha sido iniciado nos anos de 1930, é no final da década de 1960 que ocorre a criação das primeiras creches filantrópicas para cuidado dos filhos das mulheres trabalhadoras. Em decorrência do “Movimento de Lutas pelas creches”, o poder público estadual passou a assumir a construção e manutenção das creches a partir da década de 1980. Atendendo ao disposto na Constituição de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (LDB), na década de 1990, as creches desse município são oficialmente incorporadas ao sistema de ensino. Tsuda (2008) explica que, desde então, tem ocorrido um aumento progressivo nas matrículas da educação infantil.

Este avanço gerou desdobramentos que se constituem desafios, como por exemplo, o de definir a formação do profissional para atuar na educação das crianças de 0 a 5 anos e como formar aqueles que já trabalham junto as crianças. Em 1999, a Lei Complementar n.79/99 – Estatuto do Magistério Público Municipal definiu que a educação dos bebês seria também responsabilidade dos professores de educação infantil, além das crianças em idade pré-escolar. Entretanto, apesar dessa alteração no Plano de Cargo e Carreiras do Magistério do município, a norma não passou a ser cumprida e a creche (0 a 3 anos) continuou sob responsabilidade das auxiliares de desenvolvimento infantil, atualmente denominadas educadoras infantis (TSUDA, 2008).

Diante do exposto, consideramos importante e necessário tratar do perfil sócio-econômico e de formação dessas profissionais.

A opção metodológica da pesquisa ora sintetizada está fundamentada numa abordagem qualitativa, uma vez que esta se trata de “uma metodologia que

ênfatiza a descrição, a indução, a teoria fundamentada e o estudo das percepções pessoais” (BOGDAN e BIKLEN, 1994, p. 21), e se caracteriza como estudo de caso, visto que procuramos analisar uma unidade profundamente, e observar detalhadamente um contexto (BOGDAN e BIKLEN, 1994; TRIVIÑOS, 1995).

Para realização do diagnóstico sobre a formação e as condições de atuação das educadoras, assim como dos demais professores que compõem a rede municipal de ensino, foi aplicado nas escolas municipais, em fevereiro de 2010, um questionário composto por 35 perguntas. Esse questionário foi formulado em três partes: caracterização do sujeito, formação profissional e expectativas e representações sobre a profissão. Neste texto abordaremos a análise das questões referentes a caracterização do sujeito e a formação profissional.

Foi obtido um total de 295 questionários respondidos pelas educadoras infantis, o que constitui uma amostra de 64% do total de profissionais que atuavam nesse cargo em 2010.

Perfil sócio-econômico e de formação das educadoras do município de Presidente Prudente

De acordo com os dados obtidos, 82% dos sujeitos participantes da pesquisa atuavam na educação infantil, com crianças de creche (0 a 3 anos) e o restante, constituído por um total de 18%, atuava com crianças em idade pré-escolar (4 a 5 anos). Esse percentual provavelmente se deve ao modo de organização das unidades de educação infantil do município investigado no que diz respeito ao atendimento de crianças menores (0 a 3 anos), em que comumente há a presença de profissionais de duas categorias distintas com uma mesma turma exercendo as funções de professoras e de auxiliares de sala.

O grupo de educadoras do município de Presidente Prudente-SP é composto por mulheres, em sua maioria com idade acima de 30 anos. Os índices em relação a idade ficaram assim distribuídos: 16% possui entre 31 e 35 anos, 19% entre 36 e 40 anos, 20% entre 41 e 45 anos, 17% entre 46 e 50 anos.

Do grupo investigado, 38% das educadoras começaram a trabalhar quando tinham entre 10 e 15 anos; 36% possuíam entre 16 e 20 anos de idade; 6% entre 21 e 25 anos e outros 6% mais de 31 anos. Outros 5% começaram a trabalhar com menos de 10 anos de idade e 4% entre 26 e 30 anos. Os

índices parecem demonstrar, portanto, que a maioria das educadoras começou a trabalhar bastante jovem ou ainda crianças, com idades entre 10 e 20 anos.

Do total de sujeitos participantes da pesquisa, 88% descreveram sua situação funcional como efetivas, com turmas na Rede Municipal de Ensino e 9% como efetivas em regime de substituição, no momento de aplicação dos questionários. As respostas aos questionários também demonstraram os seguintes índices em relação ao tempo de trabalho na função: 37% dos sujeitos investigados possuem entre 11 e 15 anos de experiência como educadora na Rede Municipal de Ensino de Presidente Prudente, 32% entre 1 e 5 anos, 12% entre 16 e 20 anos e 10% entre 21 e 25 anos. Dessa forma, conforme é possível perceber pelos índices dispostos, a maioria das educadoras do município de Presidente Prudente possuem mais de 10 anos de experiência na função e tem vínculo empregatício efetivo, o que parece indicar que não há grande rotatividade desses profissionais.

Em relação a situação familiar, 65% são casadas, 20% são solteiras, 8% são divorciadas, 3% são viúvas e 4% afirmaram estar em outros modos de organização familiar, diferentes dos já citados. No que diz respeito às educadoras casadas, 24% dos cônjuges possuem ensino médio completo, 14% possui formação escolar entre 5ª e 8ª séries, 10% desses cônjuges possuem ensino médio incompleto, 7% possui formação entre 1ª e 4ª séries e 6% cursaram ensino superior.

Ainda no que diz respeito a situação familiar, também foi investigado a escolaridade do pai e da mãe dessas educadoras. Em relação a escolaridade do pai das educadoras, 49% possui entre 1ª a 4ª série, 24% não possui escolaridade e 9% possui entre 5ª e 8ª série. Quanto a escolaridade da mãe, 48% possui entre 1ª e 4ª séries, 25% não possui escolaridade e 9% têm formação escolar de 5ª a 8ª séries. A escolaridade máxima dos pais da maioria das educadoras parece se constituir, portanto, como abaixo das séries iniciais do ensino fundamental.

Foi investigada também a escolaridade das próprias educadoras em todas as etapas da educação básica e no ensino superior. A educação infantil foi freqüentada por 38% dos sujeitos investigados, sendo que 30% do grupo cursou a pré-escola, 5% freqüentaram a creche e 3% tanto a creche quanto a pré-escola. Desses sujeitos que foram matriculados na educação infantil, 48% o fizeram em escolas públicas, 4% em escola pública e particular e 1% somente em particular.

O ensino fundamental foi cursado por 92% das educadoras na modalidade regular, por 6% em ensino supletivo e 1% cursou esse nível de ensino uma parte regular e outra no supletivo, sendo que 93% das educadoras cursaram esse nível de ensino em escola pública.

Quanto ao ensino médio, 34% cursaram esse nível de ensino em estabelecimento regular de ensino; 14% em supletivo e 23% cursaram o magistério. Os índices apontaram também que 90% das educadoras cursaram esse último nível de ensino em escola pública, 4% somente em particular e 3% parte em escola pública e parte em particular. Os dados demonstram que a maioria (98%) das educadoras concluiu o ensino médio, dado bastante diverso daquele encontrado no município de Presidente Prudente em 2008, em que, de acordo com Tsuda (2008), 47% desses profissionais possuíam como nível máximo de escolaridade o ensino fundamental. Esse aumento no nível de escolaridade pode ser explicado pelo fato de que a partir do concurso público realizado em 2005, a titulação mínima exigida como condição de acesso e ingresso para o cargo de educadora (até então auxiliar de desenvolvimento infantil) passou a ser nível médio, na modalidade normal. Assim, o governo municipal em lugar de introduzir professores na creche, deu prosseguimento à política de ingresso de auxiliares de desenvolvimento infantil, sem exigência do nível superior, cargo atualmente denominado de educador infantil.

Em relação a formação em nível superior das educadoras, 2% estão cursando esse nível de ensino e aquelas que já concluíram se distribuem da seguinte maneira:

Tabela 1. Distribuição da formação em nível superior das educadoras

Ensino Superior		
43%		
Presencial	A distância	Semi-presencial
79%	13%	7%
Estabelecimentos particulares		87%
Estabelecimentos públicos		11%

Conforme é possível observar na Tabela 1, menos da metade (43%) das educadoras possuem ensino superior, provavelmente por não ser exigido esse nível de formação para o cargo que ocupam. Além disso, a maior parte delas possui ensino superior presencial, cursado em estabelecimentos particulares.

No que diz respeito ao ensino superior, além dos dados apresentados na tabela acima, 6% cursaram Pós-graduação em nível de especialização. Dessas que cursaram Pós-graduação, 83% o fizeram em estabelecimentos particulares.

O alto índice (43%) de educadoras com ensino superior, mesmo esse não sendo um nível de ensino exigido para o cargo em que atuam, nos faz pensar que essas profissionais podem estar buscando mais conhecimentos acerca do trabalho que realizam ou uma formação com vista a atuação em outra área no mercado de trabalho. Nesse sentido, as educadoras foram questionadas se mudariam de profissão. Do grupo investigado, 59% das educadoras afirmaram ter interesse em deixar a profissão e 38% responderam que não gostariam. Desse grupo que não gostaria de mudar de profissão, 29% afirmou não ter essa pretensão por gostar do que faz e 9% afirmou não querer, mesmo sendo uma profissão desvalorizada. Quanto as educadoras que gostariam de mudar de profissão, 26% desejam fazer isso com a pretensão de mudar de cargo na área da educação, sendo professoras, por exemplo, 21% o fariam por falta de motivação e valorização e 6% gostariam de mudar de área profissional.

Considerações Inconclusivas

Conforme demonstramos no decorrer deste texto, o grupo de educadoras do município de Presidente Prudente investigado é composto por mulheres, em sua maioria com idade acima de 30 anos, que atuam com crianças de creche (0 a 3 anos). Conforme ressaltamos, esse percentual maior de profissionais trabalhando com as crianças menores, se deve ao modo de organização das unidades municipais de educação infantil e a política de contratação de diferentes profissionais para os segmentos da educação municipal. Num mesmo espaço educativo coexistem professores e profissionais sem formação específica e, quando a possuem, não ocorreu em nível superior.

A crítica de Cerisara (2002) sobre essa situação reside no fato de:

“[...] a coexistência dessas diferentes profissionais, no mesmo espaço, vir acompanhada sempre de uma hierarquização decorrente das diferentes exigências quanto aos níveis de formação e salários, bem como quanto às atividades delegadas a cada uma delas, levando a uma dicotomização ente a que educa e a que cuida” (p.16)

Cerisara (2002) ressalta que alguns municípios têm apresentado dificuldades em encontrar professoras para trabalhar nas creches, porque estas não se

dispõem a realizar as atividades ligadas ao cuidado das crianças por considerarem tais atividades menos nobres. Desse ponto de vista, corroboramos com a autora que os cursos de formação têm sido organizados e desenvolvidos de forma inadequada, formando profissionais que não estão sendo capazes de desenvolver integradamente atividades de cuidado e educativas.

Interessante lembrar que as participantes do estudo, quando perguntas sobre seu interesse em deixar a função ou cargo, 38% responderam que não pensam em deixar a profissão e a maioria justifica afirmando que gosta do que faz. Dentre o total de respondentes, 59% afirmam o desejo de mudar de profissão, contudo deste total, 26% gostaria de continuar na área da educação. Por outro lado, 21% do grupo que afirma ter o desejo de deixar o que faz, justifica que o que as impele a tal posição é a desmotivação e a desvalorização profissional sentida. Esses sentimentos parecem indicar que a história do atendimento as crianças, especialmente àquelas entre 0 e 3 anos, pesa sobre as respondentes: baixos salários, desvalorização profissional e social, formação precária etc.

Parece interessante lembrar que parte do grupo (9%) das educadoras infantis, antigas auxiliares de desenvolvimento infantil, embora alegando o sentimento de desmotivação e a desvalorização não sentem o desejo nem de deixar a função/ cargo atual, tampouco de se tornarem professoras, o que nos coloca muitas questões, ainda sem respostas. As novas etapas da pesquisa deverão ser capazes de investigar se as educadoras gostariam de cursar a formação específica em nível superior, que lhes conferiria a condição de professoras, ou se não querem nem fazer formação superior, nem deixar de trabalhar com as crianças entre os 0 e 3 anos de idade porque vêem seu trabalho desarticulado do aspecto educativo e, portanto, menos exigente em relação ao das professoras. Ainda, se não é nada disto que pressupomos antes.

A maioria delas começou a trabalhar bastante jovem ou ainda crianças, com idades entre 10 e 20 anos. Em relação ao cargo que ocupavam no momento de aplicação dos questionários, a maioria delas possuía mais de 10 anos de experiência na função e tinha vínculo empregatício efetivo. A escolaridade dos pais da maioria das educadoras se encontrava abaixo das séries iniciais do ensino fundamental. Em relação aos seus pais, as respondentes apresentam tempo maior de escolaridade, apesar de a maioria (54%) não ascender ao nível superior. Geralmente mulheres, filhas de pais com baixa escolaridade, se

iniciam no trabalho como babás e pajens. Este fato pode estar presente na vida das participantes deste estudo. Se observarmos a idade com que começaram a trabalhar podemos perguntar: será que tal realidade não interfere no tipo de função exercida e na tendência do grupo de não procurar a formação superior, não pleitear o título de professora, apesar do sentimento de desvalorização e de desmotivação alegado?

A educação infantil não foi freqüentada pela maioria das educadoras e o ensino fundamental e médio foi cursado em escola pública, na modalidade regular de ensino. Cabe ressaltar que embora a partir do concurso público de 2005, o município de Presidente Prudente tenha exigido como titulação mínima de acesso e ingresso para o cargo de educadora (até então auxiliar de desenvolvimento infantil) o nível médio, na modalidade normal, somente 23% dos sujeitos investigados afirmaram possuir essa formação. Entretanto, 98% das educadoras concluíram ensino médio e 43% das educadoras investigadas afirmaram possuir ensino superior presencial, cursado em estabelecimentos particulares.

Entretanto, concordamos com Cruz (1996) que a escolaridade, por si somente, não é um indício de preparação para o trabalho com educação infantil. Lelis (1993) e Oliveira (2001) ressaltam que não adianta transferir para o nível superior a responsabilidade pela formação do educador, se os cursos de licenciatura plena não forem adequados para propiciar conhecimentos específicos da educação infantil, tanto no que concerne a creche quanto a pré-escola.

A existência das educadoras infantis atuando com crianças menores têm suas raízes no mito da educadora nata, que traz em sua base a divulgação de uma figura profissional que advém da ideia de que a mulher, por ser mãe, é “[...] ‘naturalmente’ educadora nata, passiva, paciente, amorosa, que sabe agir com bom senso, é guiada pelo coração, em detrimento da formação profissional. (ARCE, 2001, p.182).

Cabe lembrar ainda que os dados demonstraram que embora o município de Presidente Prudente tenha criado um plano de carreira específico para as antigas auxiliares de desenvolvimento infantil, atualmente educadoras, tal medida não elevou o nível da valorização e formação do profissional que lida com as crianças de educação infantil, especialmente com aquelas de 0 a 3 anos. Embora hoje sejam denominadas educadoras infantis, continuam a margem do Estatuto do Magistério Municipal. A LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9394/96) exige que a creche seja assumida por

profissionais formados no magistério em nível superior, admitindo a formação em nível médio na modalidade normal, mas no município de Presidente Prudente, a minoria das educadoras (23%) investigadas em 2010 possuíam essa formação. Interessante ressaltar que o próprio município continuou a aceitar o ingresso de educadoras em lugar de contratar professores para toda a creche e extinguir, progressivamente, os cargos de monitor, atendente, auxiliar, etc., conforme o proposto pelo documento “Política Nacional de Educação Infantil: pelo direito das crianças de zero a seis anos à Educação” (BRASIL, 2005).

Nesse sentido, conforme já ressaltava Tsuda (2008), o município de Presidente Prudente ainda precisa enfrentar o desafio de legitimar a creche enquanto espaço educativo, com professores de educação infantil legalmente habilitados, admitidos por concurso público e com garantia de uma formação continuada que supere o caráter emergencial de como ela é oferecida em diversos municípios brasileiros, possibilitando a (re) construção da função e do papel do professor de crianças de 0 a 3 anos.

Para concluir, parafraseamos as considerações de Prestes (2009) em relação aos professores de educação infantil: é preciso com urgência discutir os problemas de identidade desses trabalhadores, que são profissionais da educação e como tais devem ser respeitados e valorizados.

Referências

ARCE, A. Documentação oficial e o mito da educadora nata na educação infantil. In: *Cadernos de Pesquisa*, n.113, p.167-184, jul. 2001.

BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. *Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora, 1994.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. *Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. *Política Nacional de Educação Infantil: pelo direito das crianças de zero a seis anos à Educação*. 2005.

CERISARA, A. B. *Professores de Educação Infantil*. Entre o feminino e o profissional. São Paulo: Cortez, 2002.

CRUZ, S. H. V. Reflexões acerca da formação do educador infantil. *Cadernos de Pesquisa*, n.97, maio, 1996, p.79-89.

LELIS, I. A. A formação da professora primária: da denúncia ao anúncio. São Paulo: Cortez, 1993.

OLIVEIRA, S. M. L. Crenças e Valores dos profissionais de creche e a importância da formação continuada na construção de um novo papel junto à criança de 0 a 3 anos. In: *Em aberto*, Brasília, v.18, n.73, p.89-97, jul. 2001.

PRESTES, Z. Professor da creche e da pré-escola: um profissional com formação e compromisso. *Extra-classe*. Belo Horizonte n.2 v.2 p. 144-153 jul./dez. 2009.

TRIVIÑOS, A. N. S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais*. In: *A pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1995.

TSUDA, M. S. Política pública de creche: entre as leis e a realidade. 2008. 136 f. Dissertação (Mestrado em Educação). — Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2008.

Notas:

ⁱ A pesquisa desenvolve-se em dois outros países, executadas por pesquisadores das seguintes universidades: Universidade de Genebra-Suíça (Professor Abdeljalil Akkari) e Universidade de Lisboa/Instituto Politécnico de Santarém–Portugal (Professor Pedro Guilherme Rocha Reis). A parceria com duas universidades estrangeiras possibilita o intercâmbio de informações na área de pesquisa sobre formação de professores.

ⁱⁱ A denominação deste profissional mudou de Auxiliar de Desenvolvimento Infantil (ADI) para educador infantil no início de 2011, assim como suas condições de trabalho. Quando foram aplicados os questionários, no início de 2010, essas profissionais eram denominadas de ADI e trabalhavam 08 horas diárias com a criança, sem horário garantido de HAC e sem outras vantagens que o plano de carreira trouxe. Entretanto, o Estatuto do Magistério do município continua sem incluir estas profissionais. Optamos por utilizar o termo educador infantil por ser aquele utilizado atualmente pela Secretaria Municipal de Educação de Presidente Prudente para se referir a esse profissional.